

Curso de Formação de Formadores Ensino Jurídico Participativo e Inovador

PERÍODO	De 24 de abril a 06 de junho de 2024 Aulas telepresenciais nos dias 09, 16, 23 e 29 de maio de 2024.		
HORÁRIO	EaD: livre Aulas telepresenciais: das 9h às 12h	CARGA HORÁRIA	20 horas
MODALIDADE	EAD e Telepresencial	Nº DE VAGAS	TRT1: 22 Magistrados(as) aposentados(as): 3 SINFOMAT: 0
LOCAL	https://ensino.trt1.jus.br/ej/		
PÚBLICO-ALVO	O curso será preferencialmente para Magistrados e Servidores convidados da Escola Judicial. Será observada equivalência de gênero.		
EMENTA DA ATIVIDADE	O curso tem como fundamento a formação de docentes aptos a incorporarem técnicas de ensino participativo e metodologias ativas em seus cursos, bem como a desenvolverem uma reflexão crítica que problematize os modos e práticas de se pensar a docência em direito no Brasil. Ao final do curso, espera-se que os participantes sejam capazes de articular as escolhas fundamentais da construção de um programa de ensino, bem como de materiais didáticos, de dinâmicas colaborativas e inovadores e de ferramentas de avaliação de curso.		
OBJETIVOS	<ul style="list-style-type: none"> ● Refletir criticamente sobre a profissão jurídica e a docência em direito no Brasil, compreendendo o impacto da tecnologia; identificar desafios e vantagens para o ensino participativo e tornar-se consciente das próprias escolhas enquanto docentes; ● Compreender e articular formulações teóricas sobre a construção de um programa de ensino, bem como de materiais didáticos e de avaliação de curso; ● Implementar técnicas de ensino participativo em seus cursos, especialmente no tocante à definição dos objetivos de aprendizagem, à relação com seus estudantes, à escolha dos métodos de ensino e de ferramentas tecnológicas; ● Motivar processos de autonomia dos/as estudantes, fundamentado em uma formação ativa, crítica, inclusiva, responsável e criativa. 		
COMPETÊNCIA DE MAGISTRADO	Eixo 2 – Eticidade 2.3. Vida Pública e Privada: Gestão da Informação e Docência		

COMPETÊNCIA DE SERVIDOR	Docência
DETALHES DA ATIVIDADE E DO CORPO DOCENTE	
JUSTIFICATIVA DA ATIVIDADE	<p>Hoje a formação jurídica tem se pautado no ensino tradicional que tem como objetivo treinar majoritariamente as capacidades de memorização e reprodução de conteúdo. No mundo atual, considerando a disponibilidade de informações, o avanço das tecnologias, o complexo mercado de trabalho e as mudanças sociais, estas competências não são suficientes: é preciso formar alunos capazes de lidar com estes novos desafios. A partir do método de ensino participativo, o aluno torna-se agente na construção de seu próprio conhecimento. O estímulo gerado pela participação ativa no processo de aprendizado desenvolve uma série de habilidades e competências como o raciocínio, o senso crítico apurado, capacidade de aplicação prática do aparato conceitual, uma grande capacidade para solucionar problemas, entre outras. Todas estas habilidades são essenciais para uma atuação profissional diferenciada.</p> <p>Existem diversas técnicas que têm sido pouco utilizadas pelos professores e formadores, seja por dificuldade de elaboração, seja por falta de tempo e incentivo institucional. Dentre a diversidade de técnicas de ensino participativo temos, por exemplo: Aprendizagem por projeto; Métodos do caso; Role plays e simulações; Aulas dialogais (método socrático); Aprendizado baseado em problemas; Jogos; Seminários e outros métodos experimentais.</p> <p>A utilização desses métodos certamente exige conhecimentos e experiências não encontrados em manuais. Ciente disso, nosso objetivo é promover formação docente, com a finalidade de auxiliar na qualificação do ensino jurídico.</p>
DOCENTES	<p>CLIO NUDEL RADOMYSLER Doutoranda, Mestre em Direito Constitucional e Bacharel em Direito pela Universidade de São Paulo (USP). Líder de projetos do Centro de Ensino e Pesquisa em Inovação (CEPI) da Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV DIREITO SP). Professora do Programa de Pós-graduação Lato Sensu da FGV Direito SP desde 2022. Currículo: http://lattes.cnpq.br/1016800394619097</p> <p>MARINA FEFERBAUM Doutora (2016), Mestre (2009) e Graduada (2006) em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC SP). Learner designer (Kaospilot), coordenadora da área de Metodologia de Ensino e do Centro de Pesquisa e Ensino em Inovação, ambos da FGV Direito SP. Currículo: http://lattes.cnpq.br/3093109391346801</p>
MATERIAL DE ENSINO E MÉTODO	<p>Os <i>workshops</i> são sempre conduzidos de maneira participativa, de modo que os docentes que receberão o aprimoramento terão oportunidade de vivenciar e praticar o que está sendo ensinado. Acreditamos que os métodos ativos na condução das atividades do curso sejam mais adequados, já que a partir da vivência os professores e professoras tendem a se sensibilizar sobre a real possibilidade de desenvolvimento de atividades inovadoras.</p>

	<p>Este curso conta com bibliografia de leitura semanal, fóruns de discussão para esclarecimentos de dúvidas e reflexões sobre o material de ensino e exercícios e ainda encontros semanais em plataforma de videoconferência. Será utilizada a plataforma Zoom. Também serão utilizados recursos do Google.</p>
PROGRAMAÇÃO	
<p>Módulo 1</p> <p>De 24 de abril a 09 de maio</p> <p>Aula telepresencial: 09 de maio, das 9h às 12h</p>	<p>FUNDAMENTOS DO ENSINO PARTICIPATIVO</p> <p>Porque devemos mudar? Mudança do paradigma político-pedagógico no ensino superior brasileiro, de um ensino centrado no(a) docente para um ensino centrado no(as) estudantes. Princípios e características de um ensino participativo e voltado para inovação pedagógica.</p> <p>Atividades: Tutoria por meio de fórum de discussão no Moodle. Aula telepresencial dia 09 de maio, das 9h às 12h.</p> <p>Bibliografia de referência. GHIRARDI, José Garcez. O instante do encontro: questões fundamentais para o ensino jurídico. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2012. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/10303/O%20instante%20do%20encontro.pdf?sequence=1>. Acesso em: 07/07/2020.</p> <p>Bibliografia complementar: FINK, L. Dee. Creating significant learning experiences: an integrated approach to designing college courses. San Francisco, Calif: Jossey-Bass, 2003.</p> <p>HOOKS, bell. Ensinando a Transgredir: a educação como prática da liberdade. WMF Martins Fontes, 2013. Introdução e cap. 1.</p> <p>SAMUELOWICZ, Katherine; BAIN, John. Revisiting academics' beliefs about teaching and learning. Higher Education, n. 41, p. 299-325, 2001. Disponível em: https://bit.ly/3v6ecNo</p>
<p>Módulo 2</p> <p>De 10 até 16 de maio</p> <p>Aula telepresencial: dia 16 de maio, das 9h às 12h</p>	<p>INTEGRANDO O ENSINO PARTICIPATIVO À SALA DE AULA – MÉTODOS DE ENSINO PARTICIPATIVO</p> <p>Conhecendo os diferentes métodos de ensino, como debate, diálogo socrático, problematização, role-play, simulação, ensino baseado em projetos, ensino experiencial, dentre outros.</p> <p>Atividade proposta: <i>Design</i> de aulas participativas com os métodos propostos.</p> <p>Atividades: Tutoria via fórum de discussão no Moodle. Aula telepresencial dia 16 de maio, das 9h às 12h.</p> <p>Bibliografia de referência:</p>

	<p>FEFERBAUM, Marina; KLAFKE, Guilherme. Metodologias ativas em Direito. 1ª Ed. São Paulo: Atlas, 2020. p. 99-124.</p> <p>Bibliografia complementar: FEFERBAUM, Marina; RADOMYSLER, Clio Nudel; COSTA, Enya Carolina Silva da.</p> <p>Ensino participativo online: fundamentos, métodos e ferramentas. São Paulo: CEPI FGV Direito SP 2021a. Disponível em: https://hdl.handle.net/10438/30990</p> <p>FGV DIREITO SP. Banco de Materiais de Ensino Jurídico Participativo. (coleções EJUR e Prêmio Esdras). Disponível em: https://ejurparticipativo.direitosp.fgv.br/material-de-ensino.</p> <p>GHIRARDI, José Garcez. Métodos de ensino em Direito: conceitos para um debate. 2ªed. São Paulo: Almedina, 2021.</p>
<p>Módulo 3 De 17 até 23 de maio</p> <p>Aula telepresencial: dia 23 de maio, das 9h às 12h</p>	<p>INOVAÇÃO E FUTURO DO ENSINO SUPERIOR Tendências para o futuro do ensino superior no Brasil e no mundo. Boas práticas e iniciativas de implementação das tendências. O conceito de inovação pedagógica. Quais são os contornos e potenciais para inovação pedagógica na FGV.</p> <p>Atividades: Tutoria via fórum de discussão no Moodle. Aula telepresencial dia 23 de maio, das 9h às 12h.</p> <p>Bibliografia de referência: Futuro do ensino superior [recurso eletrônico] : tendências, perspectivas e questionamentos / Clio Nudel Radomysler ... [et al.]. - São Paulo : FGV Direito SP, 2022. 126 p. - (Pesquisa Direito GV) https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/32332; - Capítulo 1(p.13-52)</p> <p>Bibliografia complementar: FEFERBAUM, Marina et al. Ensino jurídico e inovação: dicas práticas e experiências imersivas. 1ª Ed. São Paulo: Almedina, 2020.</p> <p>Teaching & Learning Resources: Inclusive Teaching. Material disponibilizado pelo The Harriet W. Sheridan Center for Teaching and Learning (Brown University). Disponível em: https://www.brown.edu/sheridan/teaching-learning-resources/inclusive-teaching. Acesso em: 07/07/2020.</p> <p>DESIGN THINKING PARA EDUCADORES. P. 1-18 - Disponível em: https://www.dropbox.com/sh/hgnb8w3kbz1nhef/AAAtlJo6droOysIkA49BAMnC a</p>

<p>Módulo 4 De 24 até 29 de maio</p> <p>Aula telepresencial: dia 29 de maio, das 9h às 12h</p>	<p>AVALIAÇÃO NO ENSINO PARTICIPATIVO</p> <p>Reflexão sobre avaliação no ensino participativo, abordando pontos como: avaliação de processo e de produto, avaliação em grupo ou individual, formulação de critérios de avaliação.</p> <p>Atividade proposta: atividade de formulação de matriz de avaliação.</p> <p>Atividades: Tutoria via fórum de discussão no Moodle Aula telepresencial dia 29 de maio, das 9h às 12h.</p> <p>Bibliografia de referência: BREGMAN, Peter. 13 Ways We Justify, Rationalize, or Ignore Negative Feedback. Harvard Business Review, 2019. Disponível em: https://hbr.org/2019/02/13-ways-we-justify-rationalize-or-ignore-negative-feedback</p> <p>HAN, Byung-Chul. Sociedade do cansaço. São Paulo: Vozes, 2015. Caps. 2 e 3.</p> <p>Bibliografia complementar: UNESCO. Training Tools for Curriculum Development - Inclusive Student Assessment. Genebra: IBE-UNESCO, jun. 2017. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0025/002500/250054e.pdf>. Acesso em: 07/07/2020. MENDES, Olenir Maria. Avaliação formativa no ensino superior: reflexões e alternativas possíveis. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro; NAVES, Marisa Lomônaco de Paula (Orgs.). Currículo e avaliação na educação superior. São Paulo: Junqueira & Marin, 2005, p.175-197. Disponível em: <http://www.comissoesggv.uff.br/wp-content/uploads/sites/433/2018/08/avaliacao_formativa_olenir.pdf>. Acesso em: 09.07.2020. KISFALVI, Veronika; OLIVER, David. Creating and Maintaining a Safe Space in Experiential Learning. Journal of Management Education, v. 39(6), pp. 713-740, 2015.</p>
<p>AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGEM</p>	<p>A avaliação será composta pelo engajamento nos encontros síncronos e pela entrega de dois exercícios a serem realizados individualmente:</p> <p>(a) Uma indicação de ferramenta tecnológica gratuita Critérios: (i) adequação da escolha da tecnologia com a identificação dos objetivos de ensino e (ii) profundidade da reflexão sobre facilidades e fragilidades no uso da ferramenta.</p> <p>(b) Uma proposta de nota de ensino</p>

	<p>Critérios: (i) coerência entre objetivos, métodos e ferramentas de avaliação (ii) protagonismo do(a) aluno(a) na concepção da nota de ensino, e (iii) criatividade e relevância da proposta.</p> <p>O prazo para entrega será dia 06 de junho de 2024.</p>
FREQUÊNCIA	<p>É desejável que a frequência às atividades seja integral.</p> <p>Para certificação, é necessário, além da aprovação na avaliação de aprendizagem, frequência mínima de 75%.</p>
FECHAMENTO DAS NOTAS	13/06/2024: Fechamento das notas e lançamento da lista de aprovados.
CERTIFICAÇÃO	<p>Registro no Sistema de Pessoal – Ergon – disponível para Magistrados e Servidores.</p> <p>Emissão de certificado na plataforma Moodle.</p>
CÓDIGO DO ERGON	1FORFOREDU
NATUREZA DOS RECURSOS	Recursos orçamentários para formação de magistrados do trabalho (FAM)

SOLICITA-SE AOS PARTICIPANTES A OBSERVÂNCIA DA PONTUALIDADE NAS ATIVIDADES SÍNCRONAS.

INFORMAÇÕES SOBRE A FORMAÇÃO DE MAGISTRADOS

SUSPENSÃO DOS PRAZOS. Os prazos para a prática de atos decisórios poderão ser suspensos, a pedido, até o limite de 5 dias por semestre, para participação em atividades presenciais, mediante requerimento à EJ1 com antecedência mínima de **7 dias** da data do início da atividade. **AVERBAÇÃO DE CURSOS EXTERNOS.** Atividades acadêmicas ou culturais poderão ser computadas na carga-horária, a pedido do juiz e a critério da EJ1, até o limite de 8 horas-aula semestrais, desde que se revelem compatíveis com a tabela de competências profissionais para a formação continuada de Magistrado do Trabalho, definida na Resolução ENAMAT n.º 25/2020, e haja 75% de frequência presencial ou outra forma de participação certificada pela entidade promotora. O pedido de averbação pode ser enviado por malote ou pelo e-mail escola.judicial@trt1.jus.br. **CARGA HORÁRIA MÍNIMA SEMESTRAL.** Magistrados do Trabalho devem frequentar atividades de formação pelo período mínimo de 30 horas-aula semestrais, se vitalícios, e 40 horas-aula semestrais, se vitaliciandos. Para acompanhar os registros e a carga horária obtida nas atividades, o magistrado poderá consultar o sistema ERGON ON LINE, podendo extrair relatórios impressos.

INFORMAÇÕES SOBRE A PARTICIPAÇÃO DE SERVIDORES:

INSCRIÇÃO. O pedido de inscrição deve ser comunicado à chefia imediata, informando o nome da atividade, datas e horários. O período de inscrição deve ser observado, pois os pedidos enviados fora do prazo não serão considerados. **DESISTÊNCIA DE PARTICIPAÇÃO.** De acordo com os artigos 2º e 5º da Portaria da Escola Judicial no. 03/2020, a desistência de participação em atividade promovida pela Escola Judicial, para a qual tenha sido efetuada inscrição ou havido convocação, deverá ser comunicada no prazo de até 2 (dois) dias úteis antes do início do evento, por meio de mensagem eletrônica para a caixa de mensagens escola.judicial@trt1.jus.br. A reincidência na desistência fora do prazo e/ou o absenteísmo em duas atividades formativas em um mesmo semestre implicarão na suspensão de participação do magistrado e do servidor em atividade formativa subsequente na qual tenha sido inscrito nesse mesmo semestre, desde que não seja convocatória.

ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 1ª REGIÃO.